



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

## Estado do Rio Grande do Sul

Rua Bento Gonçalves, nº 335. Bairro Centro. CEP 97.650-000

Fone (55) 3432-1100 – [licita@itaqui.rs.gov.br](mailto:licita@itaqui.rs.gov.br)

[Ramais 233,232](mailto:licita@itaqui.rs.gov.br)

### ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO nº \_\_\_\_/2019

**Contrato para Concessão de Direto Real de Uso de Imóvel Rural da Fundação Venâncio Ramos da Silva que entre si faz o MUNICÍPIO DE ITAQUI e \_\_\_\_\_.**

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO que fazem de um lado o **MUNICÍPIO DE ITAQUI/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 88.120.662/0001-46, com sede nesta cidade de Itaqui, sito a Rua Bento Gonçalves, nº 335, denominado neste ato como **CONCEDENTE**, representado pelo **Prefeito Jarbas da Silva Martini**, brasileiro, maior, casado, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF sob nº 130.631.970-68 e portador da Carteira de Identidade nº 7023879906 e, do outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ: \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_, Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_/\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_, Telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_, E-mail \_\_\_\_\_, neste ato representado por \_\_\_\_\_, inscrito (a) no CPF \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_-\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_, residente na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_/\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CONCESSIONÁRIA**, tendo em vista a **Concorrência Pública nº 002/2019**, o Processo Administrativo nº 204.489/2018, da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Municipal nº 3.259/2007 e da Lei Municipal nº 4.413/2019, os quais firmam o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira – DO OBJETO

**1.1.** Concessão de direito real de uso, onerosa, de bem imóvel rural com **204,4463 hectares**, situado no lugar denominado Itaó, e **749,3511 hectares**, situado na localidade do Bororé, pertencentes à Fundação Venâncio Ramos da Silva.

ITEM	DESCRIÇÃO	ARRENDAMENTO

**1.2.** O imóvel, objeto da concessão de uso, destina-se ao cultivo de área, sendo os valores da concessão direcionados e utilizados na manutenção da referida Fundação.

**1.2.1.** A concessionária poderá fazer, nos imóveis cedidos, por sua conta e responsabilidade, as ampliações, melhorias e adaptações que achar necessária para a implantação dos objetos previstos neste contrato, bem



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

## Estado do Rio Grande do Sul

Rua Bento Gonçalves, nº 335. Bairro Centro. CEP 97.650-000

Fone (55) 3432-1100 – [licita@itaqui.rs.gov.br](mailto:licita@itaqui.rs.gov.br)

[Ramais 233,232](mailto:licita@itaqui.rs.gov.br)

como a ampliação de suas atividades, sempre mediante autorização e aprovação prévia pelo município.

1.3. A fiscalização do contrato, conforme declaração de fl. 185 do Processo Administrativo 204.489/2018, será exercida por conta dos seguintes servidores: Gestora Rúbia Queiroz, fiscal Kellen da Rosa Carlosso e suplente Rejane Solano Santos.

### Cláusula Segunda – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONCESSIONÁRIA pagará à CONCEDENTE pela concessão de direito real de uso de que trata o presente contrato, a importância de **R\$** (\_\_\_\_\_).

2.2. Levando-se em consideração os usos, costumes e época da colheita do arroz e da soja, mais o engorde do gado, estipula-se a data de **30 de maio de cada ano** para que seja realizado o pagamento da soja, do arroz e o quilograma de boi gordo, em **cota única**, de forma **ANTECIPADA**. Ou seja, como forma de prestação de garantia, o pagamento será **antecipado** para utilizar o solo no período subsequente.

2.3. Ocorrendo atraso no pagamento, incidirá uma multa de 10% (dez por cento) sobre os valores inadimplidos, correção monetariamente pelo IGPM-FGV e juros de mora de 1% ao mês.

### Cláusula Terceira – DO PRAZO

3.1. O prazo para concessão é de **06 (seis) anos**, a contar da assinatura do contrato de concessão, tendo em vista o prazo necessário para quem for concessionário recuperar o investimento que venha a realizar para a correção do solo e melhorias que se fizerem necessárias.

3.2. O vencedor do certame licitatório ingressará no imóvel a partir de **30/05**, tendo em vista ser a data suficiente para colheita dos grãos e venda do gado. Eventualmente, se na data de **30/05** a colheita de grãos ou venda do gado não estiver concluída, justificadamente, poder-se-á prorrogar até o término da colheita.

3.3. O prazo previsto na Cláusula 3.1. poderá ser prorrogada, a critério da administração e com anuência da Concessionária, nos termos da Lei nº 8.666/93, através de Termo Aditivo.

### Cláusula Quarta – DAS OBRIGAÇÕES

#### 4.1. Compete ao Município:

4.1.1. Aplicar as penalidades regulamentes e contratuais.

4.1.2. Extinguir a concessão onerosa de direito real de uso na forma prevista na legislação municipal e na Lei nº 8.666/93 e promover a reversão dos imóveis e benfeitorias ao Município.

4.1.3. Fiscalizar a utilização dos bens concedidos.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI**

## **Estado do Rio Grande do Sul**

Rua Bento Gonçalves, nº 335. Bairro Centro. CEP 97.650-000

Fone (55) 3432-1100 – [licita@itaqui.rs.gov.br](mailto:licita@itaqui.rs.gov.br)

[Ramais 233,232](mailto:licita@itaqui.rs.gov.br)

- 4.1.4. Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas.
- 4.1.5. Fiscalizar e acompanhar os propósitos manifestados pelo proponente na proposta referente ao presente certame licitatório.
- 4.2. Compete a Concessionária:
  - 4.2.1. Não poderá ceder ou alugar os imóveis recebidos em concessão de direito real de uso, sob pena de reversão dos bens à Municipalidade.
  - 4.2.2. Realizar por sua conta todos os investimentos necessários para o desenvolvimento das atividades.
  - 4.2.3. Cumprir e fazer cumprir as normas e as cláusulas contratuais da concessão de direito real de uso.
  - 4.2.4. Permitir ao Município o livre acesso à fiscalização, em qualquer época, a fim de verificar o cumprimento a que se destina o objeto deste certame.
  - 4.2.5. Responsabilizar-se pela manutenção e conservação do bem patrimonial objeto da concessão.
  - 4.2.6. Fornecer ao Município, sempre que solicitados, quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre quaisquer assuntos inerentes às relações resultantes deste certame.
  - 4.2.7. Cumprir a legislação ambiental no que se refere à atividade desenvolvida sobre os imóveis.
    - 4.2.7.1. Realizar o desenvolvimento de culturas racionalmente, com respeito ao meio ambiente (conservando o solo, áreas de preservação permanentes e as reservas naturais presentes nos imóveis), de forma que as terras não venham a perder sua finalidade, sendo de sua exclusiva responsabilidade as despesas com os custos de lavoura, no preparo e no plantio da terra, quanto na aplicação de adubos, corretivos de solo, inseticidas, fungicidas, sementes, despesas com maquinários, bem como contratação e encargos com trabalhadores rurais, até a colheita final
  - 4.2.8. Pagar os tributos que incidirem sobre o imóvel e sobre a atividade desde a data de assinatura do contrato.
  - 4.2.9. Arcar com as despesas, assim como as demais taxas e emolumentos, inclusive quanto aos impostos incidentes sobre o produto, mercadoria, prestação de serviços e outros que por ventura vier a incidir sobre sua atividade.
  - 4.2.10. Responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da relação trabalhista e previdenciária, especialmente aquelas decorrentes do vínculo empregatício que firmar com seus empregados a fim de fornecer os empregos a que está obrigada, eximindo o Poder Público Municipal de qualquer responsabilidade, seja solidária ou subsidiária.

### **Cláusula Quinta – DAS PENALIDADES**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

## Estado do Rio Grande do Sul

Rua Bento Gonçalves, nº 335. Bairro Centro. CEP 97.650-000

Fone (55) 3432-1100 – [licita@itaqui.rs.gov.br](mailto:licita@itaqui.rs.gov.br)

[Ramais 233,232](mailto:licita@itaqui.rs.gov.br)

**5.1.** A inexecução total ou parcial do contrato, que implicar na rescisão do contrato, sujeitará o inadimplente ao pagamento de multa correspondente à 10% do valor da contratação

**5.2.** No caso de inadimplemento pela concessionária, a multa será cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos.

**5.3.** O descumprimento das obrigações estatuídas, sem justificativa aceita pelo Município, acarretará as seguintes penalidades:

**5.3.1. Multa** diária de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias de atraso no cumprimento das obrigações;

**5.3.2. Suspensão** do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e/ou multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total do contrato, considerada esta, que ultrapassar os 30 (trinta) dias de atraso no cumprimento das obrigações.

**5.3.3. Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual:** declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 2 (dois) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o último valor mensal atualizado do contrato.

**5.4.** As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando caso.

**5.5.** O vencedor está obrigado a manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação, nos termos do Art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93.

**5.6.** Constituem motivos para rescisão contratual todos os elencados no Art. 78 da Lei nº 8.666/93.

### **Cláusula Sexta – DA REVERSÃO**

**6.1.** Reverterão de pleno direito ao Poder Público Municipal os imóveis concedidos na ocorrência de qualquer dos fatos a seguir mencionados:

- a) Não utilizado em conformidade com a sua finalidade;
- b) Decorridos 06 (seis) meses da concessão e não tenha sido iniciada a atividade;
- c) O correr à extinção, falência ou morte da proponente;
- d) Não iniciar a atividade no prazo ajustado;
- e) Dar aos imóveis utilização diversa da prevista.

### **Cláusula Sétima – DA VINCULAÇÃO**

**7.1.** O presente contrato está vinculado à Concorrência Pública 002/2019, nos termos da proposta apresentada pela CONCESSIONÁRIA acima mencionada, na Lei Federal nº 8.666/93, na Lei Municipal nº 3.259/2007, na Lei Municipal nº 4.413/2019 e demais legislações aplicáveis à matéria.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI**

## **Estado do Rio Grande do Sul**

Rua Bento Gonçalves, nº 335. Bairro Centro. CEP 97.650-000

Fone (55) 3432-1100 – [licita@itaqui.rs.gov.br](mailto:licita@itaqui.rs.gov.br)

[Ramais 233,232](#)

### **Cláusula Oitava – DA RESCISÃO**

**8.1.** O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das razões constantes do Art. 78, da Lei nº 8.666/93. Quando a rescisão for por interesse público o CONCEDENTE avisará a CONCESSIONÁRIA com antecedência mínima de 15 dias, sem que ao mesmo caiba direito de quaisquer indenizações, resguardado o direito ao pagamento pelos serviços prestados até então.

### **Cláusula Nona – DO REAJUSTE**

**9.1.** O valor da remuneração da concessão será reajustado, a cada 12 meses, tendo como indexador o IGPM-FGV.

### **Cláusula Décima – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**10.1.** Fica a CONCESSIONÁRIA obrigada a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**10.2.** A CONCESSIONÁRIA responsabilizar-se-á por todos os prejuízos que porventura ocasione à CONCEDENTE ou a terceiros, em razão da execução do presente contrato.

### **Cláusula Décima Primeira – DO FORO**

**11.1.** As partes elegem o foro da Comarca de Itaqui/RS, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas deste Contrato. E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Itaqui/RS, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

**MUNICÍPIO DE ITAQUI**  
**JARBAS DA SILVA MARTINI**  
Prefeito

\_\_\_\_\_  
CONCESSIONÁRIA